



O patrimônio histórico-cultural na Amazônia Sul-Occidental: o que o Acre e o turismo têm de oferta turística

The Historical and Cultural Heritage in the Southwest Amazon: what the Acre (Brazil) and the tourism have as touristic offer

Dermeson Sousa Lima, Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

RESUMO

O estudo do patrimônio histórico-cultural e ambiental envolve a compreensão da história e cultura local, além das identidades materiais e imateriais que fazem os territórios acreanos atrativos ao turismo, pois, são dotados de objetos, costumes e valores de interesse ao lazer e ao turismo. A área de estudo da pesquisa faz parte de um território de fronteira, o Estado do Acre que faz parte da região da Amazônia Sul-Occidental. Esta região da Amazônia está localizada no extremo oeste na região norte do território brasileiro, fazendo fronteira nacional com os estados amazônicos do Amazonas e Rondônia e internacionalmente com os países da Bolívia e do Peru. A região fronteira da Amazônia Sul-Occidental passa por processo de integração rodoviária que permite a circulação terrestre entre Brasil, Bolívia e Peru com a conclusão da Estrada do Pacífico, que possibilita perspectivas de integração e desenvolvimento regional de países da América Latina e do disputado mercado comercial asiático. As iniciativas públicas e privadas dos países Brasil, Bolívia e Peru defendem a dinamização do turismo regional e fronteiro como alternativa de desenvolvimento econômico, a valorização do patrimônio regional e da oferta turística. Identificam-se ações governamentais para a valorização do turismo com base no patrimônio histórico-cultural e ambiental da região. A pesquisa busca compreender as relações entre patrimônio histórico-cultural e ambiental e o turismo, no Estado do Acre com vistas ao desenvolvimento da oferta turística. Adota-se metodologia dialética com vista a entender o jogo de poder e forças na área estudada após a integração regional. A revisão bibliográfica ofereceu o suporte teórico para teorização do empírico, somadas a pesquisas institucionais e de campo para informações *in loco*, que possibilitaram as análises conclusivas. Os resultados demonstram que a região de fronteira é promissora e possui um valioso patrimônio associado a festas e peregrinações religiosas, patrimônio histórico da Revolução Acreana, retratados em museus e espaços de memórias, sítios arqueológicos com geoglifos. Somados a um significativo território de áreas naturais protegidas e de uso sustentável, retratadas em reservas extrativistas, terras indígenas, projetos de assentamentos agroextrativistas, que com intervenções do poder público na adequação de infraestrutura e de logística têm concretizado a oferta e o aumento do fluxo de turistas na região, fortalecendo a identidade cultural e o turismo no território de fronteira.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Acre; Patrimônio Histórico-Cultural; Ambiente; Turismo.

ABSTRACT

The study of the historical, cultural and environmental heritage involves the understanding of the historical and cultural heritage, beside the identity of material and immaterial that makes Acre's territory attractive to tourism. This study was made in the State of Acre, that is a border territory that belongs to the Southwest Amazon. The Amazon region is located in the west of the north county of Brazil, and it makes national borders with the State of Amazonas and Rondônia (Brazil), and international borders with Bolivia and Peru. The border region in the Southwest Amazon goes through a road integration process that allows terrestrial access between Brazil, Bolivia and Peru with the conclusion of the Pacific Road. This road will allow integration and regional development between Latin American countries and the disputed Asian commercial market. The Brazilian, Bolivian and Peruvian public and private initiatives stand up for promotion of the regional and borderer tourism as alternative to the economic development, the valorization of the regional heritage and the touristic offer. Governmental actions are identified for the purpose of valorizes the tourism based on the regional historical, cultural and environmental heritage. This study aims to understand the relationship between historical-cultural-environmental heritage and tourism in the State of Acre, focusing the development of the tourist offer. The methodology adopted for this study was the dialectics in order to understand the game of power and strength in the studied area after the regional integration. The literature review offered the theoretical framework for the empirical theorization added to institutional and field researches in order to inform *in loco*, which enabled the final analysis. The results have shown that the border region is promising and it has a valuable heritage associated to local parties and religious peregrination, and the Revolution of the Acre heritage that is portrayed in museums and memorial spaces, archeological sites and geoglyphs sites. Added up to a significant natural protected areas and sustainable use, it is represented by extractive reserves, indigenous territory, agroextractivist settlement project which with the public intervention on the adequacy of infrastructure and logistical have brought supplies and increased flow of tourists in the region, making stronger the cultural identity and tourism in the border area.

KEYWORDS: Amazon; Acre; Historical and Cultural Heritage; Environment; Tourism.

Introdução

A região amazônica tem nos seus aspectos históricos e culturais vínculos diretos com o meio ambiente natural desde sua formação até o período atual, refletindo a sua biodiversidade e complexidade cultural. A relação homem e natureza foram determinantes para sobrevivência humana, e a formação cultural e histórica dessas populações é o resultado desse intercâmbio.

A formação do patrimônio amazônico é fruto de uma relação dialética entre o homem e a natureza, pois para sua sobrevivência o uso do meio ambiente foi essencial, dessa maneira a historicidade da região amazônica atrelam-se à compreensão do patrimônio histórico-cultural e ambiental que são repletos de identidades materiais e imateriais que formam uma cultura única adequada a exploração das atividades de turismo e de lazer.

No meio acadêmico e científico a Amazônia Sul-Occidental é uma denominação genérica da Amazônia na sua porção Sul, parte mais ao

ocidente, no qual o bioma extrapola os limites territoriais brasileiros, estendendo-se aos países vizinhos, e serve como delimitação biogeográfica (Figura 1).

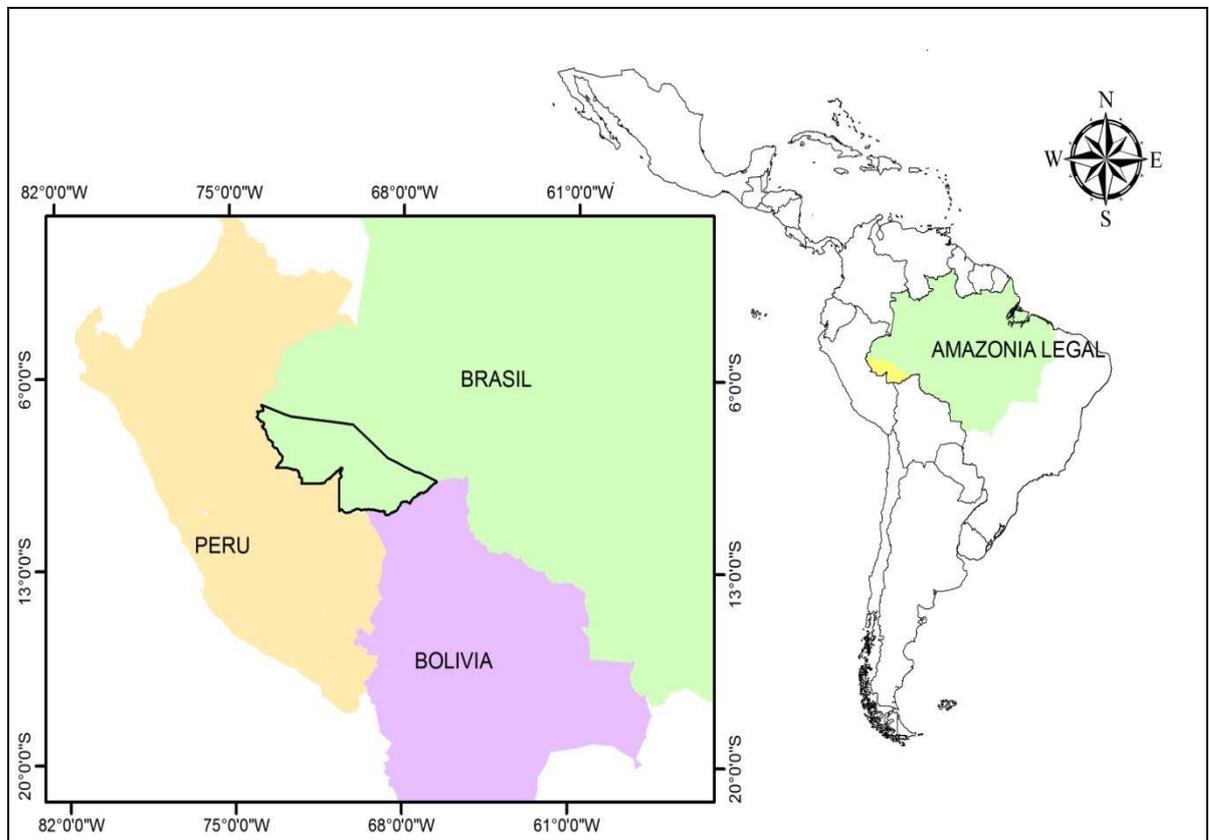


Figura 1: Mapa de localização da região da Amazônia Sul-Occidental. **Fonte:** ZEE/AC, 2010.
Figure 1: Location map of South Western Amazon region. **Source:** ZEE / AC, 2010.

A região amazônica, um território fronteiro, denominado de Amazônia Sul-Occidental, é o recorte territorial que será analisado neste ensaio. Este fragmento territorial é composto Estados do Acre, Rondônia e sul do Amazonas. Do outro lado da fronteira a região abrange também a parte ao norte dos países vizinhos, no Peru mais especificamente os Departamentos de Madre de Dios e Ucayali, e na Bolívia, o Departamento de Pando. Nos países vizinhos os departamentos que são divisões políticas administrativas equivalentes aos Estados no Brasil.

Nesta região se situa o Estado do Acre, unidade federativa do Brasil, objeto de estudo deste artigo. O Acre está, inserido no grande ecossistema amazônico, localizado no extremo oeste na região norte do Brasil, fazendo fronteira com os Estados amazônicos do Amazonas e Rondônia e internacional com os países da Bolívia e do Peru, que na última década passou a ser integrado territorialmente pela Estrada do Pacífico.

A Amazônia Sul-Ocidental que, de forma geral, preserva um rico e diverso conjunto de elementos representativos à sua formação histórica e cultural tem forte influência no Ciclo da Borracha, um vasto patrimônio que aliado ao ambiente natural compõe a identidade regional.

O patrimônio e apelo ambiental, as unidades de conservação, os saberes das populações tradicionais, a várias religiões a preservação de sítios arqueológicos são uma pequena amostra do patrimônio cultural que é ancorado pelos aspectos sinérgicos de uma materialidade premente da vastidão da floresta, do bioma amazônico e cotidiano dos povos da floresta.

Nas últimas décadas o patrimônio histórico cultural, desta porção sul da Amazônia, passa a ser valorado pelo poder público e privado como produtos para compor a oferta turística e o desenvolvimento do turismo regional. No Acre, este processo intensifica-se após a conclusão da Estrada do Pacífico, rodovia que interliga por via terrestre a região da tríplice fronteira do Brasil, Bolívia e o Peru com a América Latina, abrindo perspectivas do desenvolvimento e integração do setor turístico regional e internacional.

A busca de compreender as relações entre o patrimônio histórico-cultural e ambiental e a relação com oferta turística no Estado do Acre, vislumbrando as potencialidades e perspectivas do turismo focadas no patrimônio histórico-cultural e da valorização de suas paisagens para o turismo é o foco de análise deste ensaio.

A metodologia além da revisão bibliográfica, referente às temáticas analisadas e de informações *in loco* obtidas de órgãos governamentais e de vivências e experiências de campo possibilitaram as análises conclusivas.

Os principais resultados demonstram que esta região de fronteira, a par do valioso patrimônio histórico-cultural, composto por sítios arqueológicos, unidades de conservação, festas religiosas, espaços e produtos rurais e urbanos, compõem bens históricos e culturais que possuem apelos e atrativos que compõem a oferta, tornando-se produto para o consumo do turismo em todo Estado do Acre e demais mercados emissores. Os investimentos públicos e privados na reabilitação, valorização e dotação de infraestruturas e na melhoria dos serviços são preponderantes para consolidação da atividade turística na região da Amazônia Sul-Ocidental. Portanto, a valorização desses valores patrimoniais pelo turismo possibilita a preservação histórico-cultural e territorial ali existente, e o protege em certa medida do impactado causado pelo crescimento e urbanização territorial.

O patrimônio cultural e ambiental como oferta para o turismo

A importância das identidades locais como elemento de diferenciação sociocultural, na contemporaneidade torna-se um caminho valioso para valorização, preservação e o uso sustentado do patrimônio para atividades de lazer e turismo.

Ao associar os conceitos de cultura, história e meio ambiente estamos caminhando para concepção contemporânea de patrimônio, pois estes termos remontam aos valores herdados, em conjunto de transformações

históricas e culturais que ocorrem nos territórios ao longo dos anos, que ao serem preservados abrem perspectivas futuras. Os valores históricos e culturais são transmitidos tanto do passado como recriados em tempos recentes. Este processo envolve uma dinâmica socioespacial, e busca uma contínua reafirmação de valores sociais, reafirmação de identidade e valores que veem no patrimônio um caminho para sua efetivação (ALMEIDA, 2012; FONSECA, 2001).

A compreensão do patrimônio como resultado das expressões materiais e imateriais da sociedade prescinde do coletivo e do conjunto de valores, pois o mesmo é resultado de relações sociais, históricas da sociedade com o meio ambiente. O meio ambiente é o pano de fundo dessas transformações, o palco de vivência necessário para a efetivação das relações, dialéticas e antrópicas.

Almeida (2012) conforme a base conceitual da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), define como patrimônio, o conjunto dos bens culturais, materiais e imateriais referentes às identidades coletivas de uma região ou comunidade. Neste contexto, o patrimônio pode ser classificado em histórico, cultural e ambiental, que envolve um processo contínuo de transformação social.

No âmbito institucional brasileiro, o debate que envolve o patrimônio cultural, só faz parte da constituição a partir de 1937, a temática passa a ter maior visibilidade após 1988, ao ser tratada de forma pormenorizada pelo poder público, passando a cultura e o meio ambiente a serem associados ao patrimônio.

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem: a) as formas de expressão; b) os modos de criar, fazer e viver; c) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; d) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2006, p. 137).

As preocupações institucionais para salvaguarda da questão patrimonial no Brasil são recentes, reporta-se ao século XX quando emerge a importância da questão ambiental e neste contexto a preservação de bens culturais e ambientais.

A cultura e o meio ambiente fazem parte do patrimônio, estando ambos integrados historicamente na sociedade brasileira desde primórdios da formação socioeconômica e cultural, pois a cultura como um bem material e imaterial não ocorre de forma isolada. A formação patrimonial é o reflexo das relações sociais que se efetivam no meio ambiente, numa

relação contínua e dialética, pois a transformação é resultado desse processo que muitas vezes degrada ou preserva bens, culturas e identidades.

Lima e Coriolano (2013) argumentam que um bem natural integra a cultura e o meio ambiente de forma contígua, como base nas relações sociais, fruto do trabalho humano, que na contemporaneidade busca a valorização tanto dos aspectos biofísicos, históricos e humanos para novas atividades e o desenvolvimento endógeno e solidário.

Emerge um movimento global de valorização de territórios e frações do espaço de significantes valores paisagísticos, históricos, culturais e ambientais que veem na patrimonialização um reforço para preservação das identidades locais e alternativas de renda. Ações públicas e privadas, neste contexto, buscam no patrimônio e na patrimonialização a valorização de áreas urbanas e rurais por meio do resgate histórico e cultural. Nesse sentido, o patrimônio torna-se uma ferramenta para reafirmar a identidade, enquanto a patrimonialização torna-se um recurso para a conservação de bens culturais e históricos.

Almeida (2012) percebe que apesar do processo de modernização as sociedades contemporâneas, estas também são conservadoras, pois buscam valores do passado, preservando ares conservadores de sua história e cultura. Estas sociedades preservam componentes e identidades, como os valores linguísticos, históricos, simbólicos, além de crenças e signos, territórios e leis, que de forma geral, compõem elementos tangíveis e intangíveis que foram à questão patrimonial moderna.

O processo de patrimonialização acompanhada uma tendência global emergente, no qual, grupos sociais buscam intencionalmente partilhar de seus valores históricos e étnico-culturais como elementos únicos de resgate suas identidades, memórias, culturas e conservação dos ambientes vividos e das trocas das experiências realizadas nesses lugares.

A noção de patrimônio como recurso para o desenvolvimento, é uma construção recente e está intimamente associada à especificidade que permite fazer do espaço onde se localiza um lugar diferente de todos os outros, transformando-o numa atração turística que combina elementos tão diferenciados como a arquitetura, o artesanato, a gastronomia, as festas, as crenças, os modos de vida tradicionais e outros bens não materiais que lhe estão associados, ensejando a experiência da descoberta, de exotismo, de auto realização e de evasão do cotidiano (FONSECA, 2001, p. 48).

A consolidação da oferta turística desponta como uma das alternativas de desenvolvimento de determinadas áreas estagnadas economicamente, principalmente em áreas urbanas e rurais, que possuem um rico patrimonial histórico e cultural associadas a paisagens naturais, ao serem dotadas de infraestrutura formam a oferta turística. A oferta neste contexto pode ser entendida como o conjunto de atrações naturais e artificiais de uma determinada região, assim como seus serviços disponíveis para o turismo.

Segundo Lima (2003), a oferta turística natural compreende aos aspectos físicos da natureza, como a biodiversidade, o clima, relevo, hidrografia, a fauna e a flora. Enquanto, a oferta turística artificial compreende os bens materiais e acontecimentos que representam a cultura, a história, identidades e a religião, por exemplo, formando bens simbólicos preservados de uma determinada comunidade, e possuem apelo para fomentar o turismo.

Por sua vez, também podemos também associar à oferta turística a quantidade de bens e serviços relacionados à atividade turística: o número de quartos para hospedagem, quantidade de restaurantes e de bares, número de empresas de transportes, agências de viagens, serviços de infraestrutura urbana, disponíveis para atender às necessidades de consumo dos turistas, como o fornecimento de água, luz, saneamento básico.

A reintegração do patrimônio artificial e natural na condição de oferta turística propicia excelente exercício de integração entre os elementos físicos e biológicos da natureza, e os serviços de apoio para sua contemplação. Neste ínterim, o patrimônio natural tem um duplo caráter, podendo estar ligado tanto a questão ambiental como cultural, pois ambos são reflexos das relações sociais e ambientais. Assim, o patrimônio como fruto das relações do homem com a natureza pode remeter ao passado da humanidade, se valorizam na atualidade e abre perspectivas futuras (LIMA; CORIOLANO, 2013).

O ambiente natural sempre foi recurso estratégico para a atração turística, mas na questão patrimonial ele não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa ou ecossistemas de significativo valor paisagísticos, mas enfatiza os testemunhos da cultura que são representados pela memória social da vida humana que se produz e se reproduz no meio ambiente.

Segundo Delphim (2004, p.4) *“é na natureza que se encontram todas as fontes materiais e imateriais da produção cultural. É a natureza que fornece a matéria prima e a inspiração para a arte, literatura, música e outras formas de expressão cultural”*. Esse processo reflete a sinergia entre os elementos naturais, humanos e artificiais que de forma conjunta delineiam a questão patrimonial.

A preservação do patrimônio natural propicia excelente exercício de integração entre os elementos físicos e biológicos da natureza, os sistemas que estabelecem entre si e com as ações humanas. Fornece chaves para proteção sinérgica de sítios e formações naturais significativas, em conjunto e harmonia com comunidades de plantas, animais e seres humanos, sobretudo com a cultura que cada grupo estabelece em relação à natureza, aos significados religiosos, míticos, legendários, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros que podem ser conferidos pelo homem ao mundo natural (DELPHIM, 2004, p.4).

A possibilidade de se conhecer novos lugares e culturas, de territórios de significativo valor ambiental e cultural, passa a atrair interesses e investimentos para desenvolvimento do turismo. Ações que envolvem a patrimonialização passam a fazer parte deste processo, passando os bens históricos, culturais e ambientais a consolidados como produtos, diversificando a oferta para o turismo, e abrem possibilidades de negócios e uma ampla rede de ofertas de bens e serviços turísticos, geração de emprego e renda aquecendo a economia local e regional.

Na região estudada a atividade turística tem no patrimônio ambiental um chamariz para se efetivar, no qual, desdobram-se nas mais diversas modalidades como ecoturismo, turismo rural, turismo indígena e de base comunitária, entre outros. O poder público e iniciativas privadas veem nessas potencialidades caminhos para o desenvolvimento local e regional, e buscam aproveitar o patrimônio cultural e ambiental das áreas protegidas, terras indígenas, comunidades tradicionais para o uso da atividade. Portanto, destacamos que o desenvolvimento do turismo de base local fomenta novas atividades socioeconômicas que valorizam o patrimônio natural e cultural, como vem ocorrendo em várias comunidades amazônicas como vem ocorrendo na Amazônia Sul-Occidental e no Estado do Acre.

O patrimônio cultural e ambiental como produtos para o turismo no Acre

No Estado do Acre, na sua formação socioeconômica, os aspectos históricos, culturais das áreas naturais se cruzam na questão patrimonial da Amazônia Sul-Occidental, e no Estado do Acre. As territorialidades que tem sua origem na formação socioeconômica do ciclo da borracha são reflexos da organização social através do trabalho, das vivências cotidianas reflexos das relações da economia, da política e da cultura. Relações estas que são repletas de identidades e significados, que retratam testemunhos da cultura extrativista construídos pelas ações humanas no território. Estes aspectos são aproveitados pelo poder público, agentes privados e comunidades locais para o desenvolvimento do turismo comunitário em territórios que são dotados desses atrativos paisagísticos e culturais.

Nas últimas décadas emerge o movimento socioambiental que buscou a garantia e proteção dos territórios das populações tradicionais. Este movimento organizado principalmente por seringueiros surgiu após conflitos socioambientais emergidos no final do século passado, com a implantação da agropecuária na região. A mais significativa conquista das populações tradicionais do Acre foi o reconhecimento do poder público do direito de seus territórios tradicionais, após conflitos de terra ocasionados pela desarticulação da economia extrativista da borracha e da castanha, e a implantação da agropecuária na região (LIMA, 2003).

Esse processo resultou na criação das primeiras unidades de conservação de uso sustentável no Brasil, visando à proteção e a conservação ambiental, respeitando a diversidade territorial (seguindo a delimitação dos antigos seringais), além da cultural e do uso sustentável do meio ambiente, pois, as atividades extrativistas praticadas ali secularmente,

são consideradas de baixo impacto. Somam-se o reconhecimento e demarcação das terras indígenas pela constituição federal e entidades governamentais. No Estado do Acre, os direitos coletivos territoriais passam a ser reconhecidos oficialmente pelo governo brasileiro, retratando também uma alternativa para preservação ambiental, pois o uso do território por essas populações é considerado de baixo e médio impacto e de grande valor paisagístico, histórico e cultural.

A preservação do patrimônio natural propicia excelente exercício de integração entre os elementos físicos e biológicos da natureza, os sistemas que estabelecem entre si e com as ações humanas. Fornece chaves para proteção sinérgica de sítios e formações naturais significativas, em conjunto e harmonia com comunidades de plantas, animais e seres humanos, sobretudo com a cultura que cada grupo estabelece em relação à natureza, aos significados religiosos, míticos, legendários, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros que podem ser conferidos pelo homem ao mundo natural (DELPHIM, 2004, p.4).

As populações tradicionais, indígenas extrativistas ao serem reconhecidas por seus espaços vividos, pelo patrimônio frutos de seus trabalhos cotidianos junto ao meio ambiente, têm seus direitos coletivos territoriais reconhecidos. O reconhecimento fundiário pelo poder público, faz dessas populações protagonistas de seus territórios ancestrais, tendo direitos reconhecidos, deixando de serem meros coadjuvantes e passam a ser reconhecidos como protagonistas desse processo.

No Acre, a preservação do patrimônio ambiental vem ganhado atenção nas políticas públicas estaduais, que buscam ferramentas de proteção e gestão do meio ambiente. Entre estas ferramentas como abordado anteriormente, destacam-se a criação de unidades de conservação de uso sustentável e de proteção integral, buscando o uso racional do meio ambiente e do patrimônio natural. Neste contexto, algumas reservas extrativistas e terras indígenas tem se adequado para a exploração do turismo de base comunitária, divulgando seu patrimônio ambiental e cultural e adequando infraestruturas para receber turistas.

No caso presente, as comunidades tradicionais, destaca-se o desenvolvimento do turismo de base comunitária desenvolvidos nas aldeias indígenas com a realização de festivais de cultura indígenas. Os festivais são experiências exitosas do turismo etnocultural de base local, realizados a mais de uma década, tendo o trade turístico organizado pelas organizações indígenas. A oferta busca valorizar os bens culturais, gastronômicos, artesanato, e principalmente o meio ambiente das áreas indígenas.

As comunidades indígenas que desenvolvem turismo comunitário, nesse caso o etnoturismo, têm apoio e fazem parcerias com órgãos públicos ligados à área e ao turismo, além de contarem com o apoio de Ong's e instituições internacionais. Em relação ao turismo etnocultural, ligado a eventos e a questão indígena de forma organizada e consolidada, destacam-se o Festival Indígena Yawá e o Mariri Yawanawá, Matxu (Festival da Caiçuma), Festival de Cultura Xinã Benã, Encontro Cultural Nukini-Nawá, os dois primeiros realizados no município acriano de Tarauacá, e os demais em Feijó, Jordão, Mâncio Lima, respectivamente, estando todos localizados na mesorregião do Vale do Juruá (LIMA; CORIOLANO, 2015, p.22).

Nas terras indígenas, o patrimônio cultural e ambiental passa a serem atrativos para o turismo comunitário, passeios nas florestas e rios, danças, rituais, a gastronomia e o artesanato, entre outros, passam ser oferecidos como produtos. As parcerias são primordiais para desenvolvimento do turismo comunitário nas aldeias. As organizações sociais indígenas buscam parcerias para apoio na efetivação de infraestrutura, capacitação profissional e oferta de serviços e produtos.

Por iguais razões, as populações tradicionais de projetos agroextrativistas e reservas extrativistas veem nos seus patrimônios ambientais e culturais oportunidades para explorar o turismo. A hospedagem familiar se faz presente nestas comunidades, seus espaços de vivência como as florestas e rios tornam-se produtos de roteiros regionais, como no PAE Chico Mendes, um dos principais destinos do turismo comunitário após a Pousada Ecológica Cachoeira.

A comunidade do Seringal Cachoeira localizado no assentamento extrativista no município de Xapuri, teve a iniciativa da construção da pousada em parceria com o governo estadual e federal. Os principais produtos oferecidos pela comunidade atividades que intercalam, aventura e meio ambiente, como arvorismo, tirolesa, trilhas caminhas e ciclismo, passeios de barcos e pesca esportiva.

A Pousada do Seringal Cachoeira oferece serviços de hospedagem, lazer, alimentação, no qual, envolve os comunitários do assentamento, fortalecendo o sentimento comunitário, histórico e cultural, pois passam a serem valorizados e oferecidos como produtos turísticos. Assim, a organização das comunidades e parcerias órgãos públicos e privados cria e fortalece produtos turísticos regionais focados no seu patrimônio cultural e ambiental. No âmbito patrimonial, são comuns na cultura do Acre, manifestações religiosas e festejos em datas comemorativas dos santos padroeiros dos municípios acreanos, tendo destaque São Sebastião padroeiro do município de Xapuri e Epitaciolândia, Nossa Senhora da Glória padroeira do município de Cruzeiro do Sul e Nossa Senhora de Nazaré padroeira da capital Rio Branco como as maiores, mais festejadas e mais antigas manifestações religiosas católicas.

Nas festas são realizadas missas, romarias, procissões, cortejos, arraiais e novenários organizados pelos segmentos católicos e munícipes.

Enquanto os segmentos “profanos” realizam encontros, feiras/comércio, festas e forrós em comemoração aos seus santos padroeiros fortalecendo contatos culturais.

Conforme Almeida (2012) as festas rurais e urbanas, religiosas ou profanas por estarem nos calendários de eventos locais, e serem realizadas em datas específicas, períodos cíclicos, são também caracterizadas como turísticas por atraírem diferentes públicos. Estes públicos não só usufruem do patrimônio histórico-cultural, mas toda a infraestrutura de hospedagem, alimentação, transportes e de lazer retratando uma demanda específica para o turismo.

No caso de Xapuri as festividades do “20 de Janeiro” como é mais conhecida, tem seus festejos realizados desde 1902, ano de fundação da cidade, atraindo anualmenteromeiros, peregrinos, comerciantes e turistas. Os bens culturais inerentes à população local passam a ser reinventados pelo turismo e são mercantilizados para os turistas.

Em Xapuri, somam-se aos aspectos culturais e religiosos os santos da floresta, as lendas e tradições das populações ribeirinhas dos índios e seringueiros. Entre as manifestações destacam-se, as peregrinações e pagamento de promessas a São João do Guarani em Xapuri e Santa Raimunda da Alma de Bom Sucesso em Assis Brasil que são caracterizados como santos da floresta, considerados por seus devotos como os guardiões da Reserva Extrativista Chico Mendes (SILVA, 2015).

Uma manifestação cultural própria do Acre é a doutrina do Santo Daime, tendo a sua origem ainda no século passado associada ao ciclo da borracha, neste evento os brasileiros vindos do Nordeste organizaram uma doutrina, que fez o uso do chá da ayahuasca que aprenderam no contato com os povos indígenas.

[...]. Os brasileiros vindos do Nordeste que povoaram e conquistaram a região do Acre aprenderam no contato com os povos indígenas o uso da ayahuasca¹, uma bebida usada desde os tempos do Império Inca em rituais religiosos e na cura de enfermidades. [...]. A doutrina é fundada nos princípios da harmonia, amor, verdade, e justiça – e através da bebida sagrada, o Santo Daime, seus seguidores obtém os seus poderes espirituais, recebendo e transmitindo para os demais as instruções dos seres divinos, que se exprimem num sistema de crenças, o mais enraizado na tradição mítica do Acre (LOUREIRO, 2003, p.34-35).

Ainda segundo Loureiro (2003) e Silva (2015), a doutrina do Santo Daime retrata a confluência da herança indígena retratada na utilização do chá da ayahuasca somados aos saberes espirituais nativos da floresta com os princípios doutrinários e ritualísticos de seus codificadores oriundos do

nordeste, para o trabalho no extrativismo da borracha no início do século passado.

Neste contexto destacam-se os primeiros organizadores da doutrina os maranhenses Raimundo Irineu Serra, Antônio Costa e André Costa, que possibilitaram a fundação da doutrina espiritual típica acreana, que envolve um sincretismo espiritual atrelado a valores indígenas, espíritas, matrizes africanas e do catolicismo. Na mesma linha do Santo Daime, outros segmentos que fazem do uso da ayahuasca foram se disseminando no Acre e outras partes do mundo, atraindo uma demanda de interessados para conhecer a região da origem da doutrina espiritual. Sobressai a “*União do Vegetal recriada por José Gabriel da Costa, e Barquinha, por Daniel Pereira de Mattos*” (SILVA, 2015, p.23).

A influência do patrimônio cultural e ambiental na religião também se faz presente nos hábitos religiosos e de saúde das populações tradicionais na Amazônia Sul-Occidental e no Acre. A presença de parteiras, benzedeiros, curandeiros, pajés e pais de santo com o uso de ervas e plantas medicinais retratam uma valiosa riqueza cultural e espiritual para o homem da floresta.

O costume de usar ervas para a cura de doenças advém das raízes acreanas dos povos da floresta. Os índios, como cientistas da floresta, legaram ao nordestino os conhecimentos e as técnicas para lidar com ervas, plantas e cascas, tanto que a utilização delas na fabricação de remédios permanece um costume ainda bem vivo na vida de grande parte da população. As ervas são facilmente encontradas nas feiras e mercados, passadas pelas mãos dos raizeiros, que fornecem ainda o modo de fazer, conselhos e recomendações sobre o uso, adicionando rituais de benzimentos, simpatias e orações. São usadas em infusões, emplastros, chás, xaropes, lambedouros e banhos (LOUREIRO, 2003, p.37).

A territorialidade historicamente construída por atores locais e externos são frutos de sociabilidade e interação de identidades, saberes e culturas do homem com o meio amazônico. As trajetórias históricas e culturais retratadas nas relações sociais com o meio ambiente formaram suas identidades fruto de “*uma sociedade multifacetada que, mais do que uma síntese das diferenças, realiza e atualiza a noção regional a partir de sua interação*” (BEZERRA; NEVES, 2010, p.37).

Cabe ressaltar, que nesse debate anterior nas últimas décadas o poder público vem interferindo com mais ênfase na organização do patrimônio histórico e cultural do Estado do Acre, por meio de órgãos específicos para o setor e políticas públicas que valorizam e resgatam esses saberes.

O principal efeito dessa interferência na valorização do patrimônio é a consolidação de produtos que passam a serem caracterizados como oferta turística, exemplos desses bens e produtos é a revitalização de mercados públicos, prédios de valor arquitetônico e cultural, parques ambientais,

realização de festivais de cultura, celebrações religiosas, igrejas, museus, teatros, espaços gastronômicos e de lazer, sítios históricos e arqueológicos, além de infraestrutura de apoio ao turismo como meios de hospedagem, agências e transportes.

Bens históricos e culturais: o que o Acre tem a oferecer ao turismo

Entre os estudos de gestão territorial que inserem o âmbito patrimonial no Estado do Acre, sobressaem o Zoneamento Ecológico-Econômico na Fase II, ao propor estudos e publicar coleções temáticas, entre estas, a publicação que aborda o debate Cultural Político: memórias, identidades e territorialidades, a publicação propõe entre as várias análises o Patrimônio Histórico e Paisagístico do Estado do Acre na forma de um inventário. A organização do inventário do patrimonial organizou amostragem em sítios, bens e referências de valor histórico, cultural, natural/ambiental e arqueológico/paleontológico, como organizado na Figura 2.

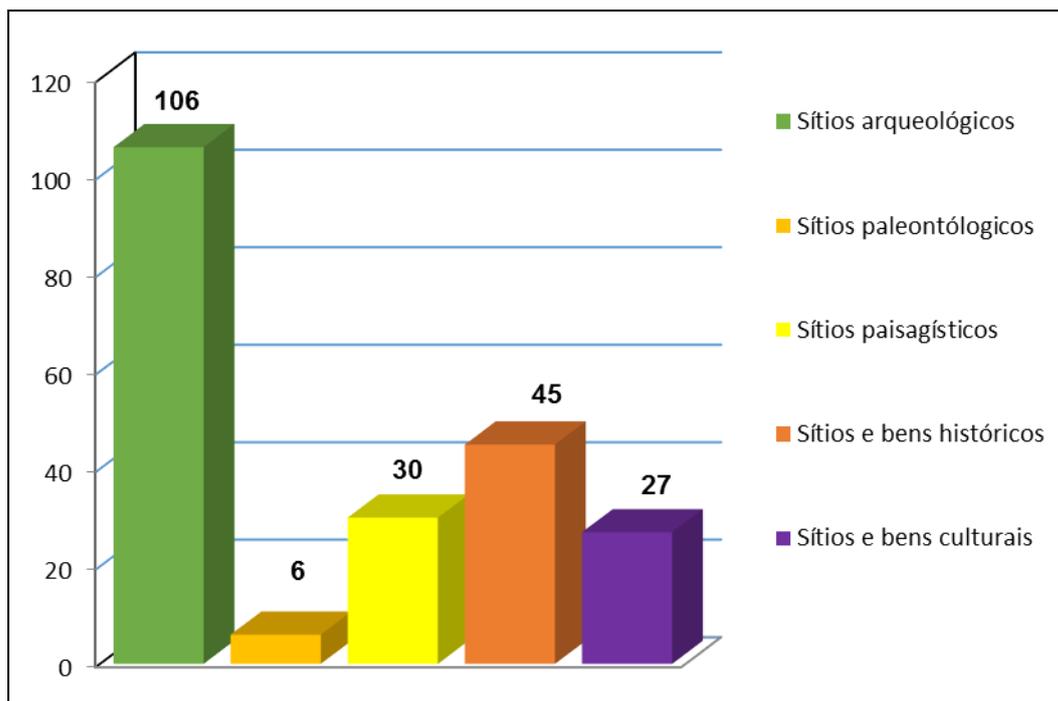


Figura 2: Bens do patrimônio histórico-cultural e ambiental do Estado do Acre.

Fonte: ZEE/AC; Fase II, 2010.

Figure 2: the historical-cultural and environmental heritage of Acre Estate.

Source: ZEE/AC; Phase II, 2010.

Os dados apresentados no inventário organizado pelo ZEE/AC, na figura anterior, demonstram que no Estado do Acre, encontram-se bens no âmbito histórico, cultural e ambiental, de formas sobrepostas. Na referida pesquisa foram catalogados 106 sítios arqueológicos associados aos geoglifos, 06 sítios paleontológicos ligados a locais de afloramento fósseis

de animais, 30 sítios paisagísticos ligados a unidades conservação ambiental, 45 sítios associados a bens históricos, e 27 referências culturais.

Moreira Jr (2010) destaca que o inventário patrimonial, tem a peculiaridade de apresentar os valores regionais sobrepostos em vários bens patrimoniais, numa relação intrínseca que envolve a história e cultura e da natureza e da paisagem, pois, esses bens são reflexos da ação do homem materializados na natureza num processo histórico que reflete a cultura acreana.

No âmbito histórico e ambiental as descobertas arqueológicas, são representadas por estruturas geométricas escavadas no solo denominadas de geoglifos. Nas últimas décadas estas estruturas geométricas comuns nesta parte da Amazônia, se sobressaem para o aproveitamento como produtos turísticos por sua originalidade e curiosidade de suas origens. Estes bens referem-se às 106 geoglifos descobertos e pesquisados, mas sem uma explicação clara de suas origens.

Segundo Ranzi (2011, p.45), os *“Geoglifos podem ser definidos como um vestígio arqueológico representado por desenhos geométricos ou naturistas, de grandes dimensões, elaborado sobre o solo [...]”* Os desenhos escavados no solo têm em média 4,5 metros de profundidade e 10-15 metros de largura, e só podem ser visualizados do alto e em áreas desmatadas, por meio de sobrevoo.

O patrimônio cultural configura-se como um dos maiores atrativos turísticos do mundo. O turismo envolvendo os geoglifos pode incentivar a preservação dos mesmos, uma vez que gera emprego e renda para a população local e incrementa a economia do Estado. Por outro lado, deverá haver a proteção e preservação dos mesmos para que a indústria do turismo continue proporcionando tais benefícios à população e ao Estado do Acre (RANZI, 2011, p.103).

Os geoglifos têm sofrido interferências de pesquisadores e do poder público para sua preservação. No âmbito ambiental e histórico empresas de turismo exploram os geoglifos localizados em propriedades rurais, principalmente as margens das rodovias, e no entorno da cidade a Rio Branco, como atrativo, oferecendo visitas guiadas e voos panorâmicos de avião e balão.

Com relação à oferta de bens arqueológicos e paleontológicos, destaca-se o Laboratório de Paleontologia da Universidade Federal do Acre é pioneiro em pesquisas, disponibilizando de rico acervo paleontológico da fauna e flora pré-histórica da Amazônia Sul-Occidental, retratado também como um museu que expõe seus resultados. No inventário organizado pelo ZEE/AC, estes bens são representados por 06 sítios paleontológicos, onde já foram encontrados e estudados fósseis de animais pré-históricos que habitaram a Amazônia.

Os bens históricos e culturais são representados por 45 ligados a história acreana e 27 bens como referências culturais catalogados no

inventário do ZEE/AC. A concentração destes bens estão localizados nas cidades mais antigas e desenvolvidos com relação à infraestrutura urbana, onde a preocupação em preservar o patrimônio é uma preocupação do poder público e da sociedade.

No que se refere a bens históricos e culturais a cidade de Rio Branco concentra a maior parte, num total de 25 bens, estando associados a igrejas, museus, teatros, palácios, construções antigas, mercados, praças e parques ambientais. Destacam-se neste contexto, o Palácio Rio Branco e Palácio da Justiça, Museu da Borracha, Memorial dos Autonomistas, Casa Povos da Floresta, Mercado Novo, Restaurante Casarão, estes bens, são tem tanto apelo histórico como cultural, formando o Centro Histórico do 1º Distrito da capital do Estado Rio Branco.

Enquanto, do outro lado do Rio Acre, que separa os dois distritos, localiza-se o Centro Histórico do 2º Distrito. Entre a oferta e produtos turísticos, destaca-se o Calçadão da Gameleira como áreas de lazer, gastronomia e turismo, ao seu redor casarios preservam arquitetura do centro comercial histórico. Entre os bens a Sociedade Recreativa Tentatem retrata o primeiro clube social de Rio Branco, Cine Teatro Recreio, e a histórica e centenária árvore da Gameleira.

Este conjunto arquitetônico está situado às margens do Rio Acre, formando o Centro Histórico e formação histórica e cultura da capital do Estado. O complexo urbano as margens do rio Acre, também é utilizado para esportes náuticos, enquanto o calçadão da Gameleira é espaço que disponibiliza opções de lazer, gastronomia, esportes e turismo.

Como relação aos sítios paisagísticos catalogados pelo ZEE/AC na Fase II, destacam-se os parques ambientais urbanos e as APA's, concentrados principalmente em Rio Branco, entre estes, o Parque Municipal Chico Mendes, Parque Municipal Capitão Ciríaco, Horto Florestal e o Parque Zobotânico da UFAC. Estes bens destacam-se não só pelo patrimônio ambiental, também como refúgio da flora e fauna silvestre, trilhas ecológicas, também pela infraestrutura para receber visitantes, como áreas de lazer, esporte, pesquisas, que retratam espaços de memórias de importante valor histórico e cultural. As APA's do Irineu Serra, do Amapá e São Francisco possibilitam passeios ligados ao ecoturismo e a Doutrina do Santo Daime.

Nas proximidades de Rio Branco, localiza-se o município de Porto Acre que possui dos importantes bens históricos culturais preservados e com apelo ambiental, como a Sala de Memória de Porto Acre que preserva acervo de bens da Revolução Acreana, e o Seringal Bom Destino, que nas últimas décadas foi restaurado, oferecendo infraestrutura adequada para receber turistas, tornando-se um espaço de lazer e produtos ligados à culinária, meio ambiente e história do Acre.

Principal foco de vestígios da chamada Revolução Acreana, o seringal Bom Destino foi transformado num grande museu, com infraestrutura turística para receber visitantes locais como de outros lugares do Brasil e do mundo. O sítio conta com uma pousada bem estruturada, com chalés, restaurante, salão de jogos, sala de conferencias e piscina natural. Toda essa infraestrutura foi pensada para agregar valor e garantir a preservação do sítio, como também qualificar informações ao longo das trilhas que levam aos vestígios do antigo seringal. (MOREIRA JR, 2010, p.54).

No município de Xapuri, também no Vale do Acre, preserva bens que reportam a Revolução Acreana e a valorização recente do meio ambiente. Os bens patrimoniais Xapuri também são retratados nos casarios antigos da Rua do Comércio, a Igreja de São Sebastião, Museu Casa Branca, Museu Xapury, Colégio Divina Providência e o Centro de Atendimento ao Cidadão-OCA, todos com acervos históricos que retratam artefatos identidades culturais que passam atrair interesses em diversos âmbitos, entre estes, o turismo.

No município localiza-se o único bem tombado pelo IPHAN no Estado do Acre, a casa de Chico Mendes. A residência do seringueiro e ambientalista de reconhecimento mundial foi transformada em museu e espaço de memória, preservando arquitetura original, o mobiliário e bens pessoais desde dia de seu falecimento.

Após o tombamento pelo Governo Estadual e Federal, respectivamente no ano de 2006 e 20011, a casa passou por várias intervenções, mas preservando a arquitetura original. Após o tombamento pelo IPHAN, o processo de revitalização da casa de Chico Mendes ampliou a intervenção para área do seu entorno. O processo arquitetônico original foi valorizado em todas as intervenções, preservando a estrutura de madeira e telhas, buscando o resgate histórico e cultural da vida de Chico Mendes, além de revalorizar os imóveis do entorno, aproveitando as residências da vizinhança formando espaços de lazer, cultura e turismo.

O complexo do seu entorno é formado pela Casa do Artesão, o Café Regional e a Casa do Seringueiro, imóveis estes, que resgatam a arquitetura regional, a valorização da história por meio de espaços de vivencias. Os imóveis ao redor foram desapropriados, formando um complexo de memória e lazer, junto com a residência e a Fundação Chico Mendes, já existentes. Esse processo de revitalização em fases diferentes pode ser visualizado a seguir, na ver Figura 3.



Figura 3: A casa de Chico Mendes, antes e depois do processo de tombamento.

Fonte: ZEE/AC; SETUL/AC, 2005; IPHAN, 2015.

Figure 3: The House of Chico Mendes, before and after the tipping process.

Source: ZEE/AC; SETUL/AC, 2005; IPHAN, 2015.

O tombamento da Casa de Chico Mendes e seu entorno retrata a preservação de valores históricos e culturais, luta do movimento ambientalista e o modo de viver desses atores sociais. “[...]. *Transformada em sala de memória, ela nos permite o diálogo com a diversidade, com a noção de tempo, espaço, lugar, território, enfim, uma infinidade de representações acerca da história acreana*” (MOREIRA JR, 2010, p.59).

Com relação aos bens associados ao patrimônio ambiental, em Xapuri, destacam-se a REXEX Chico Mendes e o PAE Chico Mendes, mais conhecido como Seringal Cachoeira, Seringal Pimenteira e diversas praias e cachoeiras dos rios Acre e Xapuri que banham o município. Como abordado anteriormente também no município se sobressai o turismo comunitário, em territórios extrativistas que praticam a hospedagem familiar, destaca-se a Pousada Ecológica Cachoeira, que disponibiliza toda infraestrutura de hospedagem, lazer, esporte, alimentação e turismo, todos valorizando as peculiaridades regionais do homem da floresta e na figura de Chico Mendes que já morou na comunidade e tem vários parentes por lá.

Esse debate em torno do patrimônio envolve a interação com a comunidade nas suas vivências cotidianas que buscam a interpretação e valorização de paisagens e culturas. A troca de conhecimentos, experiências e recursos centrados na pluralidade cultural, torna-se um importante caminho para concretização da interpretação e valorização patrimonial, além de abrir um leque de possibilidades para efetivação de novas atividades que o valorizam paisagens, festas religiosas, a história local e cultura, como o turismo. (FONSECA, 2001; ALMEIDA, 2012).

No Vale do Juruá, destaca-se o município de Cruzeiro do Sul com 10 bens de associados à cultura, história e o meio ambiente. Pontos de referência e visitação se destacam a Catedral Nossa Senhora da Glória, Cais do Porto, Mercado Municipal, Centro Cultural do Juruá Edson Cadaxo. Na área do entorno urbano de Cruzeiro do Sul, o patrimônio ambiental dispõe de balneários como o Igarapé Preto, Parque Antártica, Canela Fina,

Rio Crôa e Rio Môa, alguns desses por rios e igarapés de águas límpidas e escuras formam praias no período das secas.

Na região do Juruá, o âmbito ambiental também se destaca o PARNA da Serra do Divisor abrangem territorialmente 05 municípios do Vale do Juruá (Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Marechal Taumaturgo, Mâncio Lima e Porto Walter), preserva um rico patrimônio ambiental centrada na biodiversidade, repleto de rios, igarapés, cachoeiras, diversidade de fauna e flora, e na cultura das populações tradicionais, como indígenas, extrativistas e ribeirinhos que habitam seu entorno.

A Amazônia Sul-Occidental, a integração do turismo regional

A região fronteira da Amazônia Sul-Occidental, na sua parte leste, no Vale do Acre, passa por processo de integração física e territorial nas últimas décadas com a conclusão da Estrada do Pacífico no ano de 2010. A integração regional permitiu a circulação terrestre de pessoas, mercadorias e turistas entre Brasil, Bolívia e Peru.

Este fato ao serem adicionas aos aspectos do debate abordado anteriormente levaram a criação de rotas turísticas regionais pelo governo estadual e federal. O Vale do Acre foi contemplado com três rotas turísticas regionais e uma internacional. A Rota Caminhos de Chico Mendes, Caminhos da Revolução e Caminhos do Pacífico, e a Rota Turística Internacional Pantanal, Amazônia, Andes Pacífico.

A rodovia recebeu infraestrutura de apoio de serviços ao turismo e sinalização, que por suas características abre a possibilidades de integração dos três países, Brasil-Bolívia-Peru, permitindo aumento da circulação de pessoas, no o intercâmbio cultural e no turismo.

A Estrada do Pacífico também serviu como a principal entrada por via terrestre que interliga os países fronteiros, e tornou-se rota de imigração internacional para o Brasil que no mesmo caminho serviu também como rota para incremento do turismo regional. Segundo o Anuário Estatístico do Turismo no Brasil, verificou-se que mais de 53.000 pessoas deram entrada no Acre entre os anos de 2014 e 2015, pelas fronteiras de Assis Brasil e Brasiléia, caracterizados na categoria de turismo de lazer e negócios, como apresentado a seguir (04 Figura).

Fluxo turístico pela Estrada do Pacífico		
Via de acesso	Ano	
	2014	2015
Terrestre	28.018	25.143
Aérea	12	--
Marítima	--	--
Fluvial	02	03
Total	28.032	25.146

Figura 04: Chegada de turistas pelo Acre por via de acesso.

Fonte: Anuário Estatístico do Turismo/MTUR, 2016.

Figure 04: Arrival of tourists by Acre for access road.

Source: Statistical Yearbook of Tourism/MTUR, 2016.

Os dados acima demonstram que a entrada dos maiores fluxos de turistas se dá por via terrestre, o que se deduz que seja pela Estrada do Pacífico, pois a referida rodovia é a única via terrestre aos países de fronteira da Amazônia Sul-Occidental para o Estado do Acre. Neste contexto, conclui-se que existe uma forte relação entre a circulação e o movimento de turistas pela Estrada do Pacífico, principalmente oriundos dos países sul-americanos entrando pela fronteira do Acre, fomentando o turismo nos municípios localizados nas margens da rodovia.

Portanto, conclui-se que nas últimas décadas no Estado do Acre, diversas ações do setor público e privado buscam valorizar o turismo como alternativa de desenvolvimento socioeconômico por meio de políticas públicas, implantação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade do turismo. Todavia, as transformações socioespaciais fazem parte da atividade, o que requer estudos, pesquisas, ações de planejamento para compreensão de seus efeitos locais e regionais. Desta forma, análise geográfica do turismo no âmbito socioespacial se aproxima da compreensão das diferentes formas que a atividade se desdobra no território da região da Amazônia Sul-Occidental, após a sua ligação terrestre consolidada pela Estrada do Pacífico.

Comentários finais

Alinhada tais considerações, na Amazônia Sul-Occidental por incentivo do poder público e privado, o turismo nas últimas décadas desponta como uma atividade emergente para as comunidades locais. O debate em torno do aproveitamento dos bens históricos, culturais, naturais apropriados como oferta para o desenvolvimento do turismo, se fazem presentes e necessários para as mitigações dos seus efeitos negativos. Defende-se a preservação e planejamento do uso racional do patrimônio como atrativo diferencial para a consolidação da atividade turística na região, buscando a inserção da população local nas tomadas de decisão de políticas públicas, assim, como, na prestação de serviços. Pois, a lógica da exploração, da mercantilização dos bens patrimoniais tem que ser deixados de lado, prevalecendo à valorização de identidades locais culturais e históricas.

O poder público, retratado no Governo do Estado do Acre em parcerias com o Governo Federal, defende e fomenta a patrimonialização, o turismo e infraestrutura para consolidação da atividade. As ações estatais possibilitaram a expansão da oferta turística no Acre, com a criação de áreas de conservação e de uso sustentável, parques ambientais nas áreas urbanas, implantação de infraestrutura para visitação, além da revitalização de espaços destinados ao lazer e a cultura, como festas populares, folclóricas e religiosas. Soma-se na área urbana a criação e reforma de parques, praças, museus, mercados públicos, teatros e bibliotecas, etc., que passaram a ser espaços de cotidiano e visitação por turistas. As ações estatais foram acompanhadas de investimentos e parcerias do setor privado no setor de hospedagem, alimentação, transportes e lazer.

Em linhas gerais, estas ações trazem tanto efeitos positivos como negativos para o patrimônio por meio do turismo. Entre efeitos maléficos destacam-se a segregação e exclusão social, perdas de identidades e culturas pela monetarização dos bens patrimoniais, depredação do meio ambiente, entre outros. Mas, por outro lado, a patrimonialização pode incentivar a conversação de sítios arqueológicos, naturais e históricos, fortalecimentos de identidades etnoculturais, e a melhoria de infraestrutura urbana, opções de esporte e lazer, por exemplo. A par disso, os benefícios desse processo podem ser usufruídos tanto pela população local, como também pela demanda de visitantes e turistas.

O grande desafio é planejar e gerir de forma clara e precisa como estes processos podem promover a inclusão social, geração de emprego e renda para as comunidades envolvidas, além da preservação ambiental, e valorizar a cultura em longo prazo. Portanto, apesar do turismo e ações de patrimonialização estarem em estágios iniciais, no Acre, a intervenção pública e privada, e têm reflexos positivos na expansão da atividade mostrando um futuro promissor centradas na valorização dos seus bens patrimoniais e na consolidação da oferta, serviços e aumento de visitantes, principalmente na região da tríplice fronteira acreana após a integração rodoviária com a Estrada do Pacífico. A atividade turística na região busca da sincronia com sua história, cultura e meio ambiente, transformando-os em atrativos que concomitantemente passam a ser valorizados e transformados como produtos a serem comercializados. São nessas entrelinhas que o meio ambiente e a cultura perfazem um caminho sustentável, sendo ambos considerados sinônimos para existência do patrimônio de grande valor para o desenvolvimento do turismo.

Referências

ACRE. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Zoneamento ecológico-econômico Fase II: documento síntese – Escala 1:250.000.** Rio Branco: SEMA, 2010.

ALMEIDA, M.G. Sentidos das Festas no Território Patrimonial e Turístico. In: COSTA, E.B.; BRUSADIM, L.B.; PIRES, M.C. (Org.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder.** São Paulo-SP: Outras Expressões, 2012. p. 157-171.

ARRUDA, R.S. Fronteiras e identidades: os povos indígenas na tríplice fronteira Brasil – Bolívia - Peru. In: ALMEIDA, M.G. **Territorialidades na América Latina.** Goiânia-GO: UFG/FUNAPE, 2009. p. 86-107.

BEZERRA, M.J.; NEVES, M.V. Trajetórias Acreanas – Índios, seringueiros, ribeirinhos, sírio-libaneses e sulistas como atores da formação do Acre. In: ACRE, Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre. **Livro Temático IV - Cultural político: memórias, identidades e territorialidades.** Rio Branco-AC: SEMA, 2010. p. 12-39.

BEZERRA, M.J. **Invenções do Acre: um olhar social sobre a história institucional da região acreana.** Rio Branco-AC: EAC Editor, 2016.

BRASIL, Ministério do Turismo – MTUR. **Anuário Estatístico do Turismo – 2016**. Volume 43. (Ano Base 2015). Brasília-DF: MTUR, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (CF/1988)**. Brasília-DF: Senado Federal, 2006.

DELPHIM, C.F.M. **O patrimônio natural no Brasil**. Rio de Janeiro - RJ: IPHAN, 2004. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=418>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

FONSECA, M.L. Patrimônio, turismo e desenvolvimento local. *In*; RODRIGUES, A.B. **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. São Paulo-SP: Ed. Contexto, 2001. p. 47-68.

LIMA, D.S.; CORIOLANO, L.N.M.T. A valorização do patrimônio histórico-cultural e o turismo: Os geoglifos na Amazônia Sul - Occidental, Acre – Brasil. *In*: **Anais** do X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Geografia – X ENANPEGE. Campinas-SP: ANPEGE, 2013.

LIMA, D.S.; CORIOLANO, L.N.M.T. Turismo Comunitário em Terras Indígenas no Estado do Acre: a Experiência do Festival de Cultura Indígena Yawanawá. **Anais** Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET, [S.l.], p. 17-25, dez. 2015. Disponível em: <<https://abet.ufif.emnuvens.com.br/abet/article/view/2909>>. Acesso em: 16 jun. 2016

LIMA, D.S. Turismo e o desenvolvimento sustentável: as potencialidades e o perfil da demanda turística de Xapuri-AC. Rio Branco-AC: DEGEO/UFAC, (**Monografia** de Graduação em Geografia), 2003.

LOUREIRO, A.J. **Cadernos de Cultura do Acre**. (Projeto Poronga). Rio de Janeiro-RJ: Fundação Roberto Marinho, 2003.

MOREIRA JÚNIOR, F.F. Patrimônio histórico paisagístico do Estado do Acre. *In*: ACRE, Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre. **Livro Temático IV - Cultural político**: memórias, identidades e territorialidades. Rio Branco-AC: SEMA, 2010. p. 52-81.

RANZI, T.J.D. **Geoglifos do Acre e proteção de Sítios Arqueológicos no Brasil**. Rio Branco-AC: PRINTAC, 2011.

SILVA, R.D. Espaços de peregrinação: a devoção nas estradas da seringa. Porto Velho-RO: Universidade Federal de Rondônia-UNIR, 2015. (**Dissertação** de Mestrado em Geografia).

VALCUENDE, J.M.; ARRUDA, R.S.V. **História e memórias das três fronteiras**: Brasil, Peru e Bolívia. São Paulo-SP: EDUC, 2009.

Nota:

¹ Chá de origem vegetal e indígena resultado do cozimento em água dos cipós jagube e a folha da chacrona que são espécies típicas da flora Amazônica, o chá da ayahuaska é bebida utilizada nos rituais religiosos e espirituais da Doutrina do Santo Daime e na cultura indígena originária no Estado do Acre, que na atualidade está propagada em diversas partes do mundo.

Dermeson Sousa Lima: Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

E-mail: dermeson@zipmail.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7561316684293306>

Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano: Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

E-mail: luzianeidecoriolano@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4477795642535596>

Data de submissão: 31 de agosto de 2016

Data de recebimento de correções: 12 de outubro de 2016

Data do aceite: 15 de outubro de 2016

Avaliado anonimamente